



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Gurupá



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução..... 8

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza..... 9

1 – Evolução da Taxa de Pobreza..... 9

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais..... 10

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável..... 11

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer..... 12

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)..... 13

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar..... 14

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)..... 14

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes..... 15

Objetivo 4 - Educação de Qualidade..... 17

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes..... 17

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet..... 18

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero..... 19

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros..... 19

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres..... 20

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento..... 22

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto..... 22

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita..... 23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Gurupá x RI Marajó x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Gurupá x RI Marajó x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Gurupá x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Gurupá x RI Marajó x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Gurupá x RI Marajó x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Gurupá x RI Marajó x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Gurupá x RI Marajó x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Gurupá x RI Marajó x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Gurupá x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Gurupá x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Gurupá x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Gurupá x RI Marajó x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Gurupá x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Gurupá x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Gurupá x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Gurupá x RI Marajó x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Gurupá x RI Marajó x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Gurupá x RI Marajó x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Gurupá x RI Marajó x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Gurupá x RI Marajó x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Gurupá x RI Marajó x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Gurupá x RI Marajó x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Gurupá x RI Marajó x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Gurupá x RI Marajó x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Gurupá x RI Marajó x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Gurupá x RI Marajó x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Gurupá x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Gurupá x RI Marajó x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Gurupá x RI Marajó x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Gurupá x RI Marajó x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Gurupá x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Gurupá x RI Marajó x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamento

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Gurupá (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

Em Gurupá, a taxa de pobreza permaneceu elevada durante todo o período. Em 2019, o índice era de 80,1% e, em 2020, subiu levemente para 80,7%, mantendo-se praticamente estável em 2021 (80,4%). Já em 2022, observou-se uma queda expressiva para 72,2%, porém esse recuo não se sustentou, pois em 2023 a taxa voltou a subir, alcançando 78,4%. Na Região de Integração (RI) Marajó, o comportamento foi relativamente estável, oscilando entre 68,6% (2020) e 73,6% (2022), com uma leve queda final para 68,2% em 2023. No estado do Pará, o padrão foi distinto: as

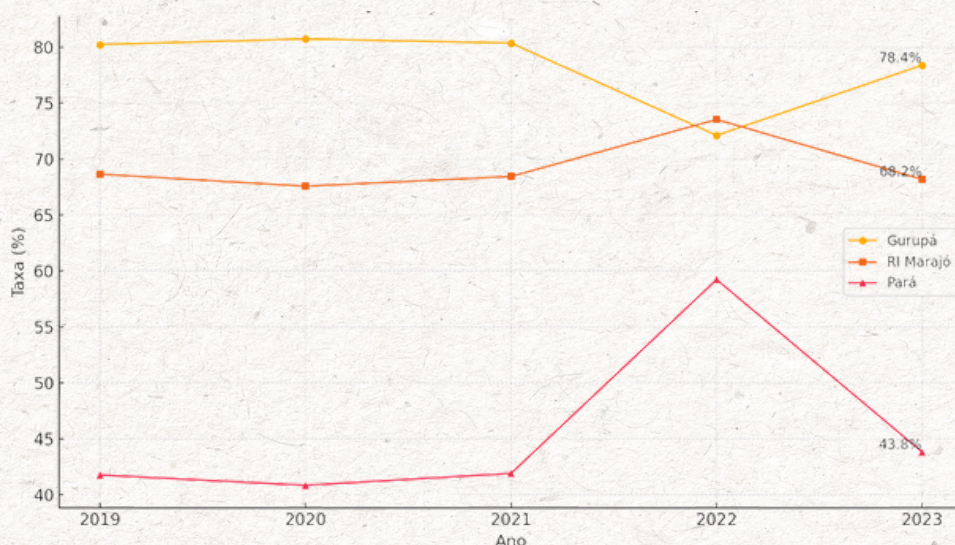
taxas oscilaram entre 40,7% e 41,5% de 2019 a 2021, dispararam para 59,6% em 2022 e voltaram a cair para 43,8% em 2023. Isso demonstra que, apesar das flutuações, Gurupá apresenta níveis persistentemente mais altos de pobreza (Gráfico 1).

Esse cenário evidencia vulnerabilidades socioeconômicas importantes no município. A variação brusca observada em 2022 pode estar relacionada a políticas pontuais de transferência de renda ou choques econômicos. O fato de Gurupá manter níveis superiores a 78% em três dos cinco anos analisados revela a permanên-



cia de um contingente populacional em situação de pobreza estrutural. A comparação com a média estadual mostra uma disparidade preocupante, com o município alcançando quase o dobro da taxa registrada no Pará em 2023. Além disso, mesmo nos momentos de melhora relativa, como em 2022, Gurupá ainda manteve taxas acima de 70% (Gráfico 1).

Gráfico1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Gurupá x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 78,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

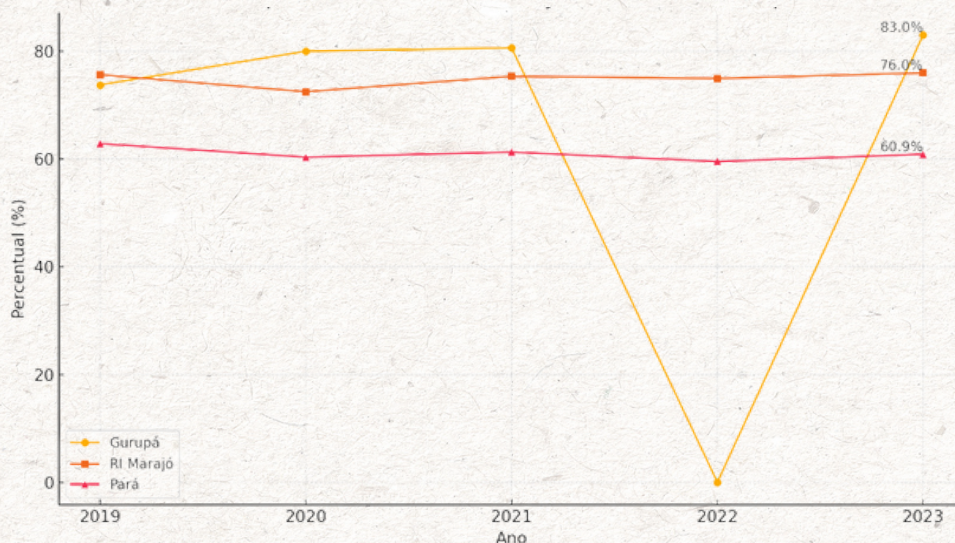
As despesas públicas com serviços essenciais em Gurupá apresentaram trajetória irregular. De 2019 a 2021, os percentuais aumentaram gradualmente: 73,9% (2019), 80,2% (2020) e 80,9% (2021), indicando priorização orçamentária dessas áreas. No entanto, em 2022, o indicador despencou para 0%, o que pode refletir uma falha de registro, execução orçamentária ou crise de gestão local. Em 2023, houve recuperação significativa, atingindo o maior patamar da série, com 83%. Já na RI Marajó, o comportamento foi estável, com variações entre 71,9% (2020) e 76% (2023), sinalizando maior regularidade no financiamento dessas funções. No estado do Pará, a variação foi ainda

mais contida, oscilando entre 59,6% e 62,3% (Gráfico 2).

A trajetória de Gurupá, embora com momentos positivos, revela fragilidade na consistência do investimento público. A queda abrupta em 2022 comprometeu a continuidade dos serviços e pode ter contribuído para o aumento da vulnerabilidade da população no mesmo ano, como se observou também na taxa de pobreza. A retomada em 2023 é um sinal alentador, mas exige cautela quanto à sustentabilidade dessa alocação orçamentária. A comparação com a média estadual e regional mostra que Gurupá costuma aplicar percentual mais elevado, o que em teoria deveria resultar em melhores indicadores sociais (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Gurupá x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 83%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 70%. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.

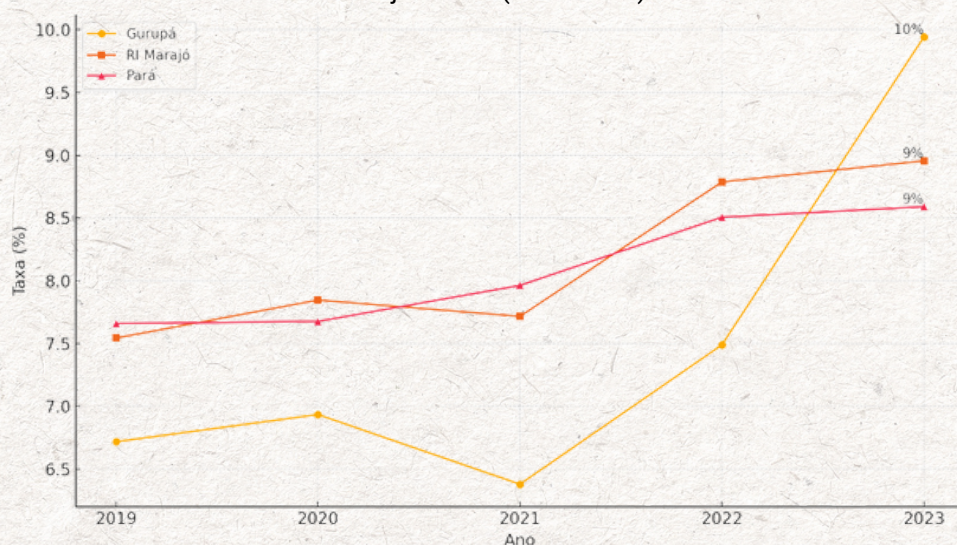
Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

O indicador de baixo peso ao nascer em Gurupá cresceu de forma contínua entre 2021 e 2023. Em 2019, a taxa era de 6,7% e aumentou para 6,9% em 2020, com recuo para 6,3% em 2021. Contudo, nos dois anos seguintes, houve forte crescimento: 7,5% em 2022 e expressivos 10% em 2023, ultrapassando as médias da RI Marajó e do estado. Na RI Marajó, a taxa partiu de 7,5% em 2019, subiu para 7,8% em 2020, caiu levemente em 2021 (7,7%) e voltou a crescer, encerrando em 9% em 2023. No Pará, a evolução foi semelhante: de 7,6% em 2019 para 9% em 2023, também com crescimento gradual e constante (Gráfico 3).

O aumento mais acentuado em Gurupá é preocupante, pois indica deterioração das condições de saúde materno-infantil. Esse agravamento pode estar relacionado à instabilidade nos serviços essenciais, à pobreza persistente e à fragilidade das redes de atenção primária e nutricional. O fato de a taxa atingir dois dígitos em 2023 coloca o município em situação de alerta frente aos parâmetros nacionais e internacionais de saúde neonatal. Além disso, essa tendência contrasta com a evolução mais moderada nos níveis estadual e regional, onde os aumentos foram menores (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Gurupá x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 10%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

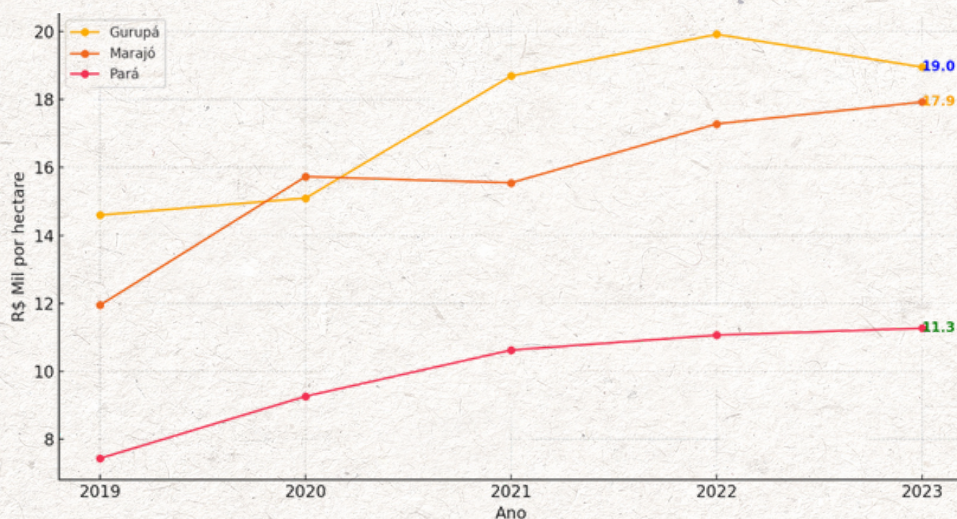
Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

Gurupá apresentou desempenho destacado na produtividade agrícola ao longo do período analisado. Em 2019, o município registrava R\$ 14,7 mil por hectare, passando para R\$ 15,2 mil em 2020, R\$ 18,7 mil em 2021 e atingindo R\$ 20 mil em 2022, seu ápice. Em 2023, houve leve recuo para R\$ 19 mil, ainda assim mantendo-se como o maior valor entre os três níveis territoriais. A RI Marajó teve crescimento de R\$ 12 mil (2019) para R\$ 17,9 mil (2023), enquanto o Pará apresentou evolução mais modesta: de R\$ 7,4 mil para R\$ 11,3 mil no mesmo período. Isso evidencia que Gurupá possui desempenho agrícola acima da média,

com expressiva capacidade produtiva (Gráfico 4).

Apesar da alta produtividade, esse desempenho não tem sido suficiente para reverter os graves indicadores sociais do município, como a pobreza e a saúde neonatal. Isso revela um possível descompasso entre a produção econômica e a inclusão social. A produtividade agrícola pode estar concentrada em poucas culturas, propriedades ou grupos, não gerando os efeitos distributivos esperados. Além disso, o crescimento mais contido em 2023 sinaliza a necessidade de consolidar ganhos anteriores e ampliar cadeias de valor locais (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Gurupá x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 19 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

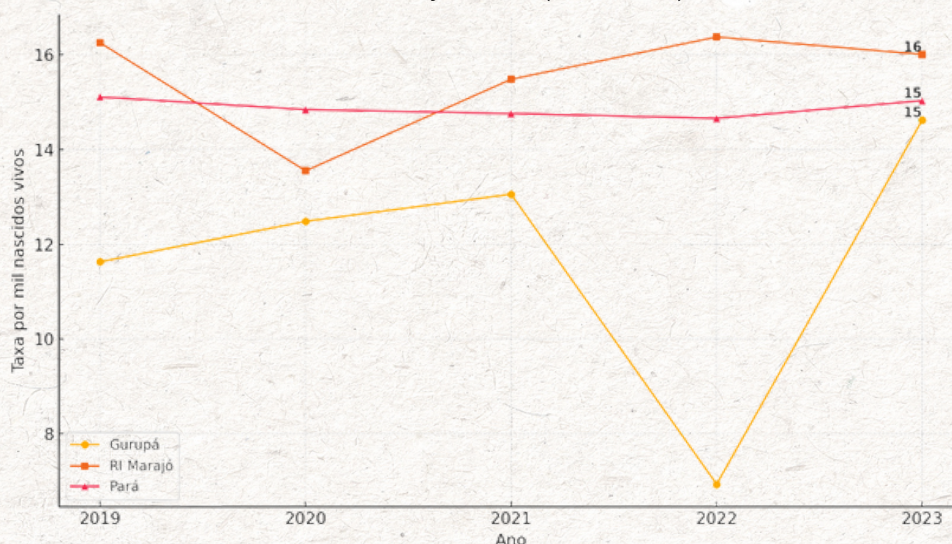
Em Gurupá, a taxa de mortalidade infantil caiu de 11,7 em 2019 para 6,8 em 2022, registrando seu menor valor, e depois subiu fortemente para 15 em 2023. Em 2020 e 2021, as taxas foram de 12,5 e 13,1, respectivamente, o que mostra relativa estabilidade antes da queda acentuada. Já a Região de Integração (RI) Marajó apresentou maior variação, indo de 16,3 em 2019 para 13,6 em 2020, subindo para 16,3 novamente em 2022 e caindo levemente para 16 em 2023. No Pará, o indicador manteve-se mais estável, entre 14,7 e 15 ao longo dos anos. Essa evolução revela comportamento mais volátil em Gurupá (Gráfico 5).

O salto registrado em Gurupá em 2023 merece atenção, pois reverte uma trajetória anterior de melhora e aproxima o município dos patamares mais altos da RI. A redução abrupta em 2022, seguida de forte aumento no ano seguinte, pode estar relacionada à inconsistência nos registros ou à oscilação nos serviços de atenção básica à saúde. Comparado ao Pará, Gurupá manteve taxas inferiores entre 2019 e 2022, mas superou o estado em 2023. Já a RI Marajó apresentou índices mais altos em todo o período, sem grandes oscilações. O dado reforça a necessidade de estabilizar a rede de atenção materno-infantil local (Gráfico 5).





Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Gurupá x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 15 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

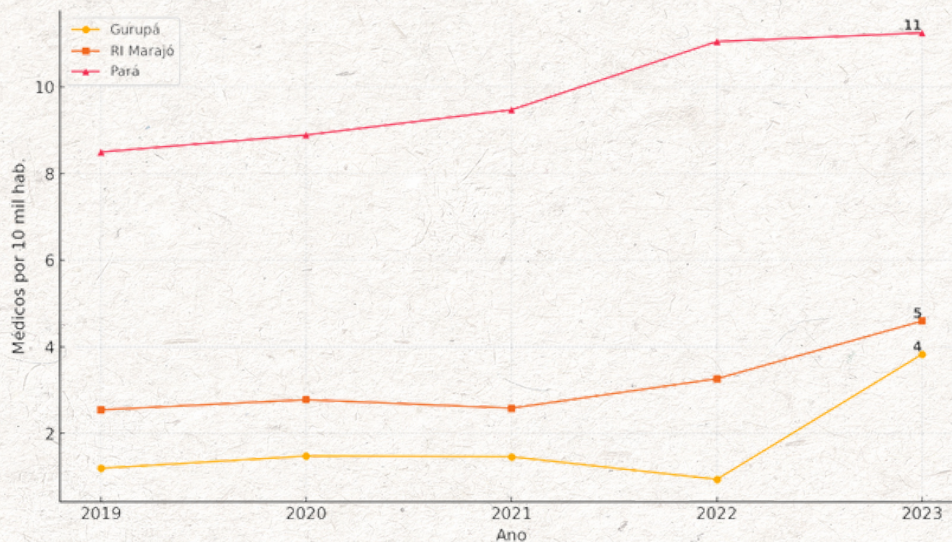
O número de médicos por 10 mil habitantes em Gurupá era de 1,2 em 2019, subiu para 1,5 em 2020 e 2021, caiu para 0,9 em 2022 e saltou para 4 em 2023. A variação mostra baixa disponibilidade até 2022, com grande crescimento no último ano da série. Na RI Marajó, o número começou em 2,6 em 2019 e subiu gradualmente até 5 em 2023. Já o estado do Pará teve um crescimento contínuo de 8,5 (2019) para 11 (2023), mantendo-se em patamar muito superior (Gráfico 6).

O aumento em Gurupá em 2023 é significativo e pode indicar mudança estrutu-

ral no quadro médico local, possivelmente por novas contratações ou programas de interiorização. Entretanto, o histórico mostra vulnerabilidade da cobertura médica nos anos anteriores. Apesar do crescimento recente, Gurupá ainda está abaixo da média estadual, que apresentou expansão mais estável e consistente. A RI Marajó teve trajetória intermediária, também com crescimento contínuo. A consolidação da presença médica em Gurupá dependerá de políticas de retenção e valorização desses profissionais (Gráfico 6).



Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Gurupá x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.**

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Gurupá apresenta valores altos de vagas por mil habitantes em relação aos demais territórios. Em 2019, eram 414 vagas, com queda em 2020 para 395, retomada em 2021 (406), pico em 2022 (437) e leve recuo em 2023 (407). A RI Marajó começou com 301 vagas em 2019 e caiu para 284 em 2023, mostrando tendência de queda. No Pará, os números foram significativamente mais baixos: 213 em 2019, caindo a 198 em 2023 (Gráfico 7).

A oferta de vagas em Gurupá se manteve estável e em

volume muito superior à média estadual, o que pode indicar boa cobertura da rede pública local. Contudo, isso não necessariamente reflete qualidade do ensino, devendo ser analisado em conjunto com indicadores como infraestrutura e desempenho escolar. A RI Marajó teve leve declínio, acompanhando o comportamento do estado. A manutenção de alta oferta em Gurupá pode ser vista como ponto positivo, mas é importante avaliar se há equilíbrio com a demanda efetiva e qualidade do ensino (Gráfico 7).

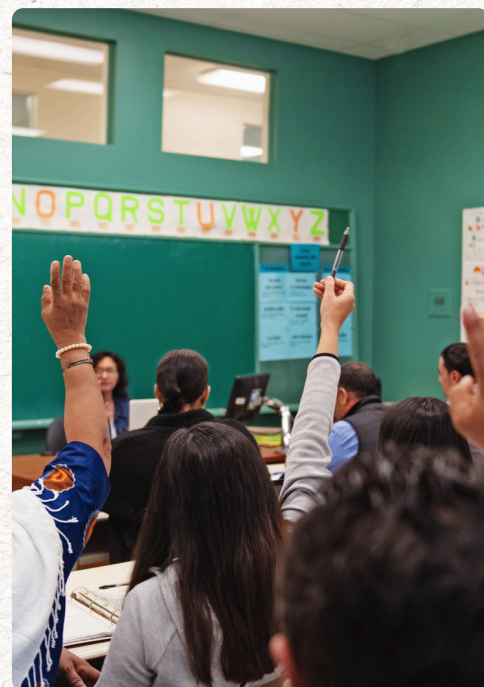
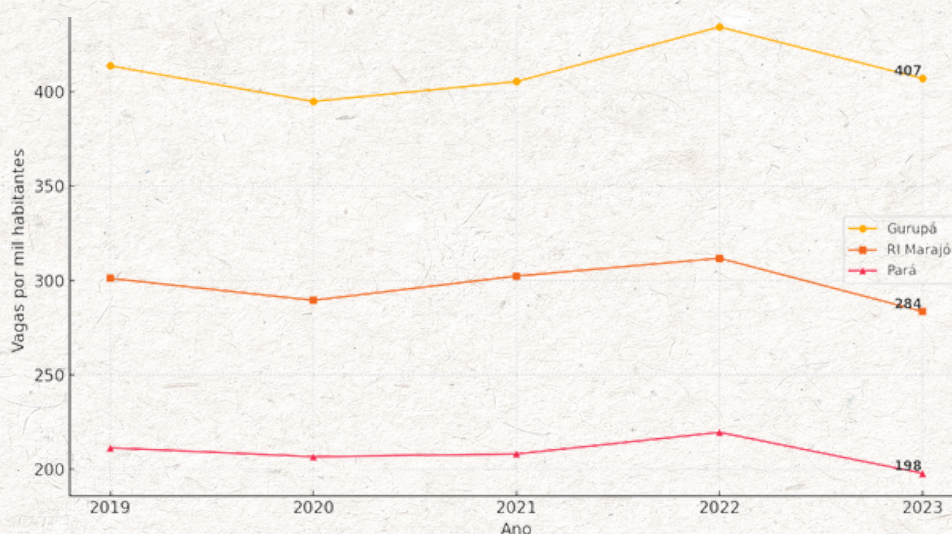


Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Gurupá x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

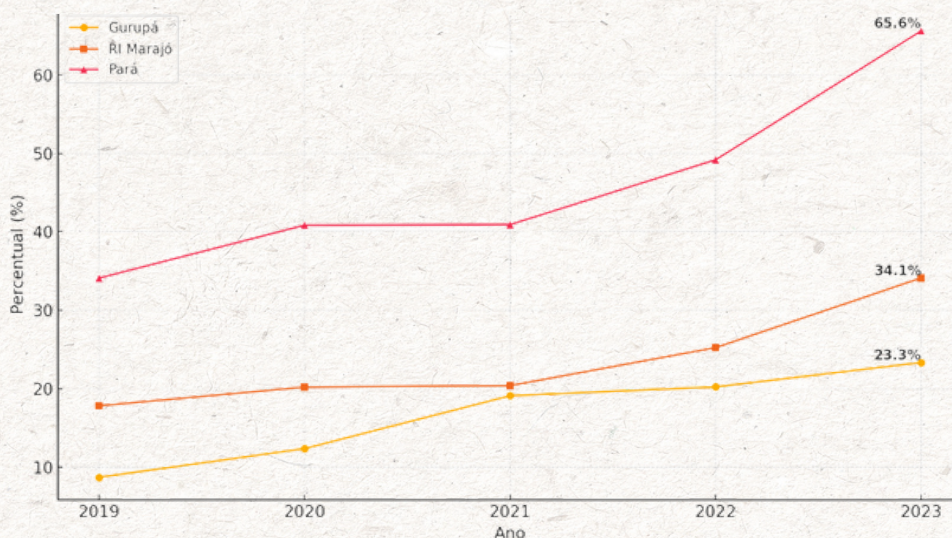
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 407 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

Em Gurupá, o percentual de escolas com acesso à internet passou de 8,8% em 2019 para 23,3% em 2023, com aumento contínuo, embora ainda baixo. Na RI Marajó, o avanço foi de 18% para 34,1% no mesmo período, também demonstrando crescimento, porém com patamar superior. Já o estado do Pará apresentou evolução mais expressiva, saltando de 34,3% em 2019 para 65,6% em 2023. A diferença entre Gurupá e o estado é de mais de 40 pontos percentuais no final da série (Gráfico 8).

O dado evidencia uma defasagem significativa na digitalização da rede escolar de Gurupá. Apesar da tendência positiva, o ritmo de avanço é lento e distante das metas esperadas em tempos de ensino híbrido e digitalização da educação. A RI Marajó também apresenta desafio semelhante, mas em menor grau. Já o Pará destaca-se pela aceleração na expansão da conectividade. O acesso à internet nas escolas é fundamental para qualidade do ensino e inclusão digital, e Gurupá ainda está em situação crítica nesse aspecto (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Gurupá x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 23,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros

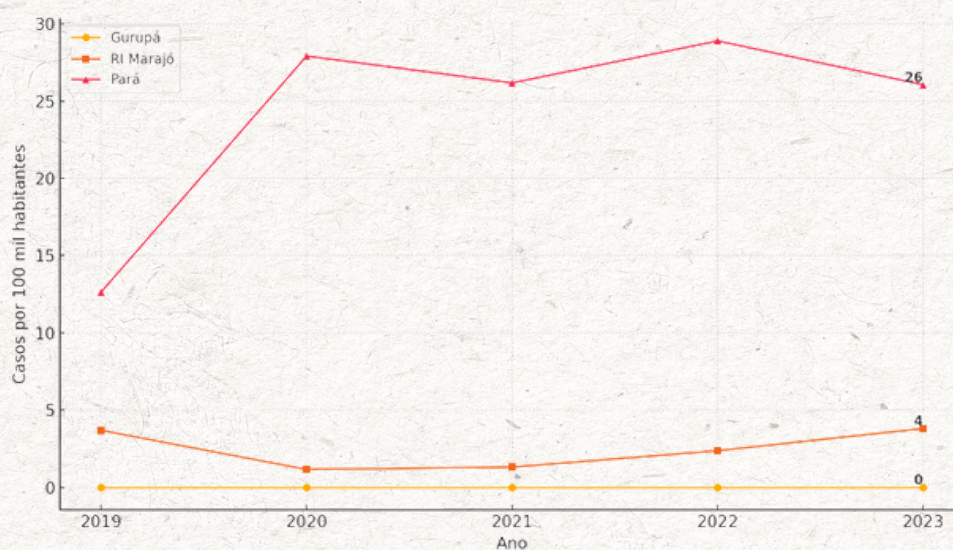


Em Gurupá, o número de casos registrados por parceiros permaneceu zerado de 2019 a 2023, o que pode representar subnotificação ou ausência de dados sistematizados, mais do que ausência real de violência. Na Região de Integração (RI) Marajó, o índice era de 3,7 em 2019, caiu para 1,2 em 2020 e 2021, subindo para 2,4 em 2022 e 4 em 2023. Já o estado do Pará apresentou uma tendência de alta: 12,7 em 2019, saltando para 27,9 em 2020, oscilando em torno de 26 a 29 nos anos seguintes e fechando em 26 em 2023 (Gráfico 9).



Essa discrepância entre Gurupá e os demais níveis territoriais evidencia possível ausência de registros oficiais no município. Enquanto a média estadual indica agravamento da violência doméstica, Gurupá permanece com dados nulos, o que não condiz com a realidade social e demanda atenção. A RI Marajó, mesmo com valores baixos, apresenta crescimento consistente nos últimos dois anos. A ausência de dados em Gurupá compromete o planejamento de políticas públicas específicas. É fundamental aprimorar os canais de denúncia e os sistemas locais de monitoramento e acolhimento às vítimas (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Gurupá x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

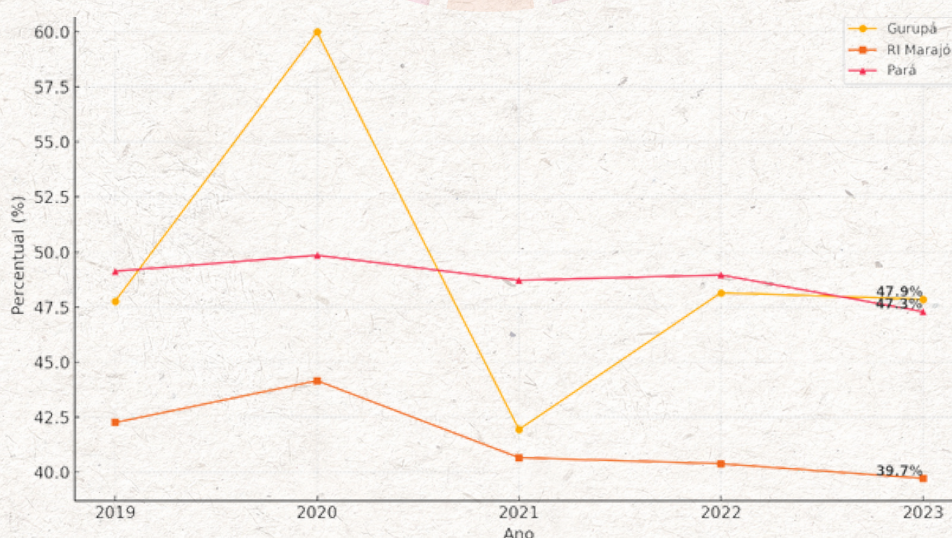
Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

Em Gurupá, o percentual de mulheres em cargos gerenciais foi de 47,7% em 2019, subindo significativamente para 60% em 2020, maior valor da série. Contudo, essa participação caiu bruscamente para 42% em 2021, recuperando-se parcialmente para 48,1% em 2022 e finalizando 2023 com 47,9%, próximo ao valor inicial. Na RI Marajó, o índice oscilou em patamares mais baixos, indo de 42,3% em 2019 para 39,7% em 2023. O estado do Pará, por sua vez, manteve-se relativamente estável, entre 47,3% e 49,8%, encerrando 2023 com 47,3% (Gráfico 10).



Gurupá demonstrou forte oscilação ao longo do período, com pico expressivo em 2020, possivelmente por políticas de inclusão pontuais ou variação estatística em amostras pequenas. Após queda em 2021, os valores se estabilizaram em torno de 48%, alinhando-se à média estadual e superando a RI Marajó. O Pará mostrou consistência e equilíbrio no indicador, mantendo-se próximo dos 48% por cinco anos. A trajetória de Gurupá evidencia avanços, mas também instabilidade na presença feminina em cargos de decisão. Para consolidar a igualdade de gênero, é necessário fortalecer políticas permanentes de promoção da liderança feminina (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Gurupá x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 47,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

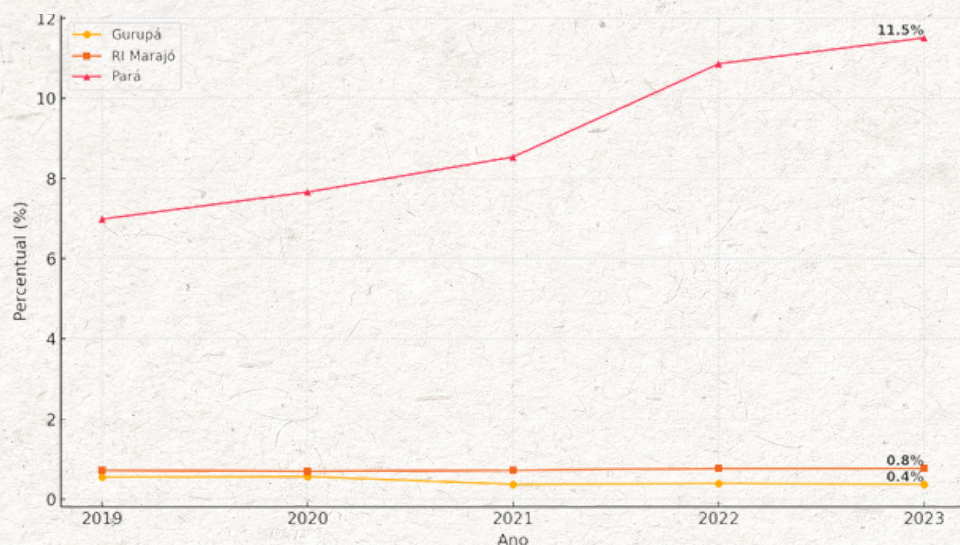
Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Em Gurupá, o percentual de pessoas de baixa renda atendidas com coleta de esgoto variou entre 0,6% (2019-2021) e 0,4% em 2022 e 2023, mostrando cobertura extremamente limitada. Na RI Marajó, os valores se mantiveram em 0,8% durante todo o período. Já no Pará, houve crescimento significativo: de 7% em 2019, a cobertura aumentou para 7,6% em 2020, 8,5% em 2021, 10,9% em 2022 e 11,5% em 2023 (Gráfico 11).

Esse cenário demonstra que Gurupá está muito aquém dos níveis estadual e regional na universalização do saneamento para a população de baixa renda. Mesmo diante do crescimento estadual, a realidade local revela estagnação e negligência histórica nessa área. A ausência de ampliação da cobertura compromete diretamente a saúde pública, especialmente em comunidades vulneráveis. Além disso, o contraste com o Pará, que praticamente dobrou sua cobertura em cinco anos, expõe a urgência de ações em Gurupá. Investimentos direcionados à infraestrutura sanitária são imprescindíveis para reduzir desigualdades (Gráfico 11).



Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Gurupá x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

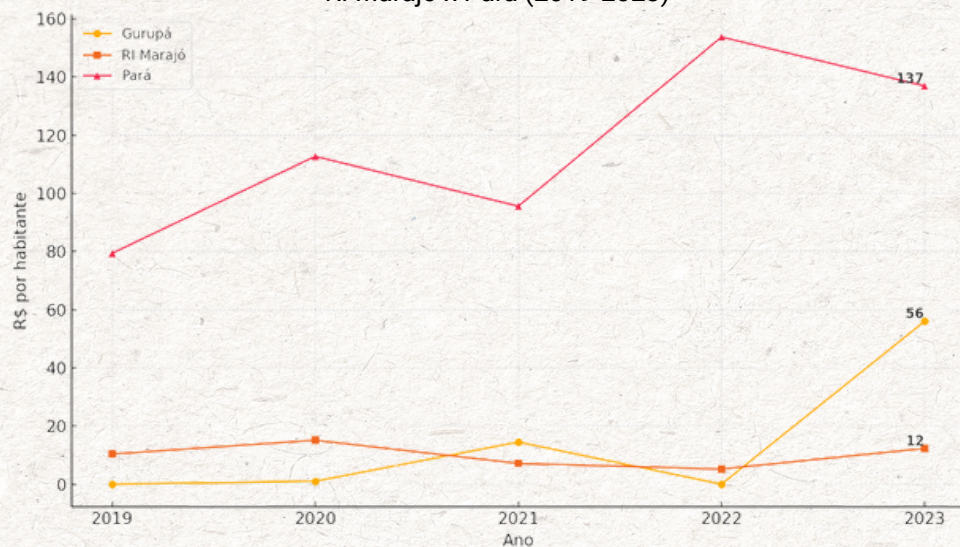
Em Gurupá, os gastos oscilaram significativamente: R\$ 0 em 2019 e 2020, aumento para R\$ 14 em 2021, queda novamente para R\$ 0 em 2022 e salto para R\$ 56 em 2023. Na RI Marajó, o valor foi mais estável, com variações entre R\$ 8 e R\$ 15 ao longo do período. Já no Pará, os investimentos foram significativamente maiores, partindo de R\$ 80 em 2019, crescendo para R\$ 113 em 2020, com pico de R\$ 153 em 2022 e leve queda para R\$ 137 em 2023 (Gráfico 12).

A trajetória de Gurupá revela instabilidade na priorização orçamentária para saneamento,

com anos de ausência total de investimento. O salto em 2023 é positivo, mas ainda inferior ao patamar estadual. A irregularidade compromete a continuidade de políticas públicas essenciais, refletindo também na baixa cobertura de esgoto observada no município. O Pará, por outro lado, mantém política consistente de financiamento da área. Para garantir progresso sustentável, Gurupá precisa consolidar esse aumento recente e garantir regularidade nos aportes financeiros ao setor (Gráfico 12).



Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Gurupá x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 56/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.



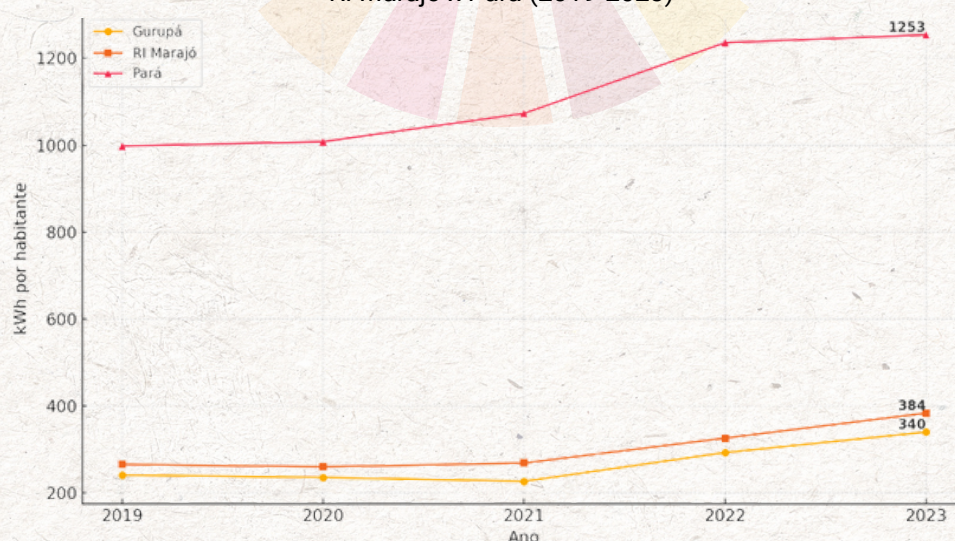
Em Gurupá, o consumo per capita de energia elétrica iniciou em 2019 com 246 kWh/hab., manteve-se em 243 em 2020, caiu para 236 em 2021 e depois cresceu significativamente: 298 em 2022 e 340 em 2023. Na Região de Integração (RI) Marajó, os valores variaram de 270 em 2019 para 384 em 2023, com avanço contínuo a partir de 2021. Já o estado do Pará apresentou consumo muito superior: começou em 999 kWh/hab. em 2019 e atingiu 1.253 em 2023 (Gráfico 13).

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.



Apesar da tendência positiva nos últimos anos, Gurupá continua com consumo bem abaixo das médias regional e estadual. A ampliação do acesso e uso da energia elétrica pode estar relacionada à expansão da infraestrutura e ao aumento da renda em algumas áreas. Contudo, a defasagem em relação ao Pará, que consome quase quatro vezes mais por habitante, ainda é preocupante. O crescimento recente indica progresso, mas a diferença revela desigualdade significativa no acesso e uso de energia elétrica. Esse fator influencia diretamente a qualidade de vida e o desenvolvimento local (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Gurupá x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 340 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

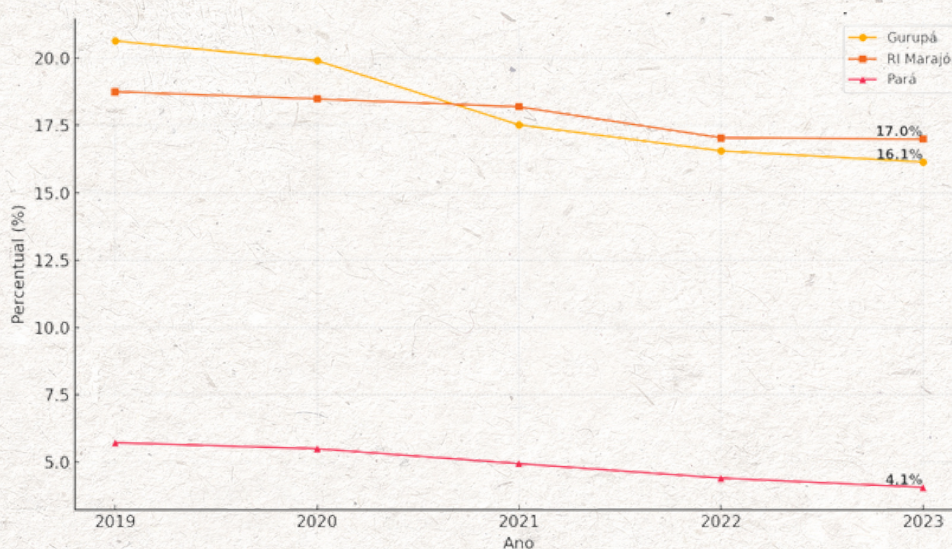
Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Em Gurupá, o uso de iluminação de origem fóssil em domicílios de baixa renda caiu de 20,7% em 2019 para 16,1% em 2023. A redução foi constante: 20% (2020), 17,4% (2021) e 16,5% (2022), evidenciando melhora gradual no acesso à iluminação elétrica. A RI Marajó também apresentou queda, saindo de 18,8% em 2019 para 17% em 2023, com ritmo de redução mais lento. No estado do Pará, o índice começou em 5,8% e caiu para 4,1% no mesmo intervalo (Gráfico 14).

Embora Gurupá tenha registrado avanços, o percentual de domicílios com iluminação fóssil ainda é muito alto comparado ao restante do estado. A diferença entre Gurupá (16,1%) e o Pará (4,1%) em 2023 revela uma persistente exclusão energética das populações mais pobres. A iluminação por fontes fósseis é mais cara, ineficiente e prejudicial à saúde e ao meio ambiente. A redução contínua é positiva, mas ainda insuficiente frente ao patamar ideal. A política de universalização do acesso à energia precisa ser reforçada no município com foco nos domicílios mais vulneráveis (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Gurupá x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 16,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



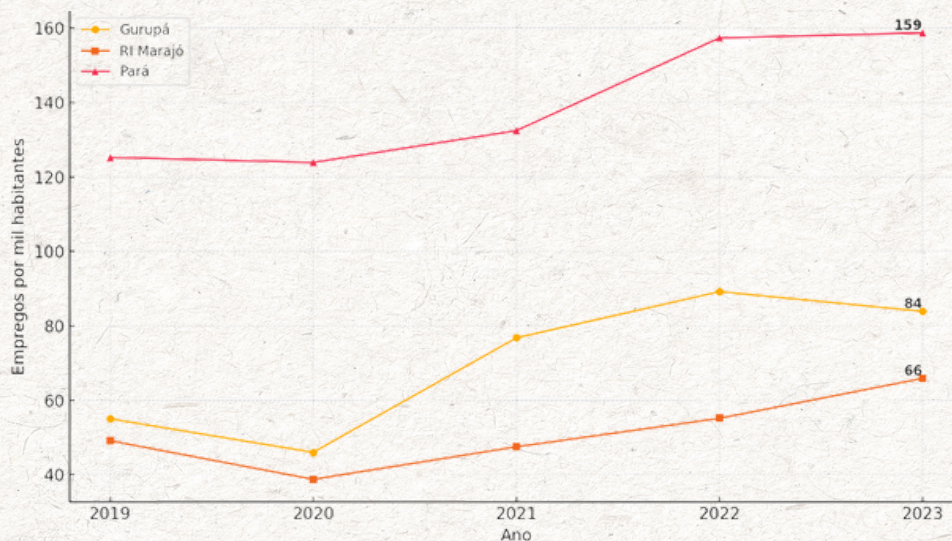
Empregos Formais por Mil Habitantes

Observa-se que Gurupá demonstrou recuperação mais intensa entre 2020 e 2022, saindo de um patamar crítico para o maior crescimento da série, antes de leve queda. Mesmo assim, em 2023 ainda está 75 empregos formais por mil habitantes abaixo da média estadual. A evolução é positiva, mas revela forte desigualdade no mercado de trabalho formal em relação ao Pará. A RI Marajó também sofre com subemprego, mantendo-se consistentemente abaixo do estado. O salto em Gurupá pode refletir políticas de geração de emprego, expansão de serviços ou regularização de vínculos, mas requer sustentação nos próximos anos para consolidar avanços (Gráfico 15).

Em Gurupá, o número de empregos formais por mil habitantes iniciou em 2019 com 55, caiu para 47 em 2020, e subiu progressivamente nos anos seguintes: 76 em 2021, 90 em 2022, e recuou levemente para 84 em 2023. A Região de Integração (RI) Marajó apresentou comportamento semelhante: começou com 49, caiu para 39 em 2020, e aumentou para 66 em 2023. O Pará teve patamar significativamente superior: de 126 em 2019, manteve 125 em 2020, subiu para 132 (2021), 158 (2022) e 159 (2023) (Gráfico 15).



Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Gurupá x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 84 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita

O PIB per capita de Gurupá cresceu de R\$ 8.152 em 2018 para R\$ 11.062 em 2022, com aumento contínuo a partir de 2020 (R\$ 8.758) e R\$ 9.735 em 2021. A RI Marajó iniciou em 2018 com R\$ 9.050, caiu para R\$ 8.425 em 2019, e encerrou 2022 com R\$ 10.162, mantendo-se acima de Gurupá em todos os anos, exceto 2022. Já o estado do Pará teve crescimento expressivo: de R\$ 18.995 em 2018 para R\$ 33.954 em 2022, quase o triplo do valor de Gurupá (Gráfico 16).

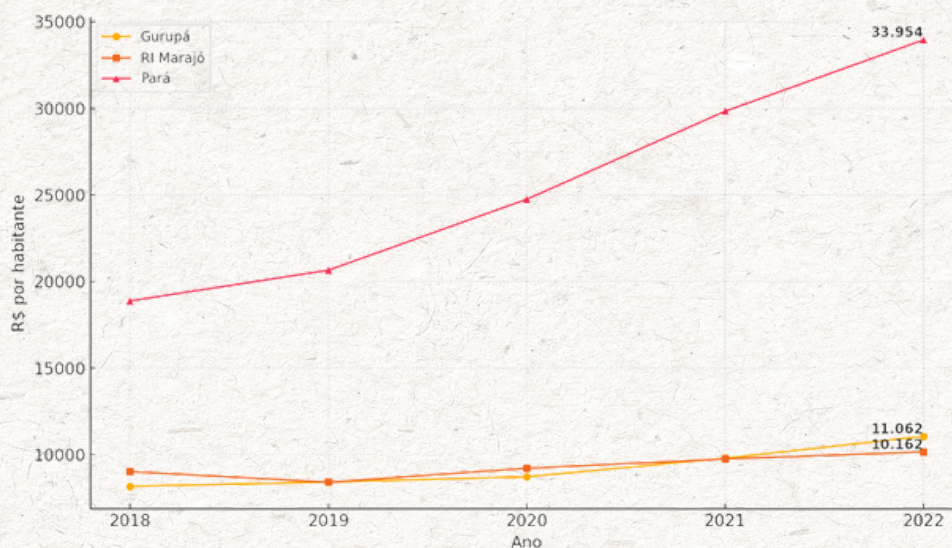
Apesar do crescimento observado em Gurupá, a distância em relação ao estado é muito



grande cerca de R\$ 22 mil de diferença em 2022. A recuperação do município após 2020 é positiva e sugere algum dinamismo econômico recente, que superou até a média da RI. No entanto, o nível de renda local permanece baixo, refletindo limitações estruturais na economia. A ampliação da base produtiva, com foco na agregação de valor e diversificação econômica, é fundamental para acelerar o crescimento do PIB per capita. A desigualdade territorial na distribuição da renda é um desafio relevante para a política regional (Gráfico 16).



Gráfico16 - PIB per capita, Gurupá x RI Marajó x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 11.062/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.

Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)

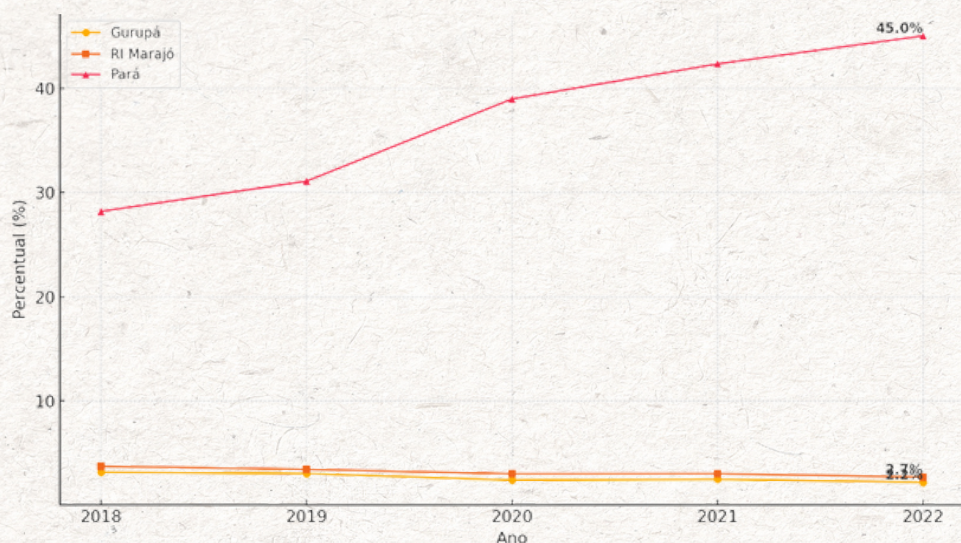


O valor adicionado da indústria em Gurupá representava 3,4% do PIB em 2018, caindo para 3,2% em 2019 e 2,6% em 2020, mantendo-se nesse nível em 2021, e recuando ainda mais para 2,3% em 2022. A RI Marajó teve trajetória semelhante, oscilando de 4,3% (2018) para 2,7% (2022). Já o estado do Pará apresentou forte crescimento: de 28,5% em 2018, passou para 31,3% em 2019, 39% em 2020, 42,5% em 2021, chegando a 45% em 2022 (Gráfico 17).

Esses dados revelam a baixa relevância do setor industrial na composição da economia de Gurupá e da RI Marajó. Enquanto o Pará ampliou significativamente a participação industrial em seu PIB, provavelmente impulsionado pela mineração e indústria de transformação, Gurupá se desindustrializou ainda mais. Isso demonstra a dependência de setores primários e serviços, limitando a capacidade de geração de valor agregado e empregos qualificados. Para reduzir essa disparidade, políticas públicas devem priorizar incentivos à instalação de pequenas indústrias, melhoria logística e capacitação técnica. A diversificação produtiva é essencial para tornar a economia local mais resiliente e integrada à dinâmica estadual (Gráfico 17).



Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Gurupá x RI Marajó x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Em Gurupá, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes começou em 8,5 em 2019, manteve-se em 8,8 em 2020 e deu um salto expressivo para 17,3 em 2021 e 20,3 em 2022, antes de cair para 16 em 2023. A Região de Integração (RI) Marajó teve 9,0 em 2019, caiu para 7,0 em 2020, e subiu gradualmente até 13 em 2023. O estado do

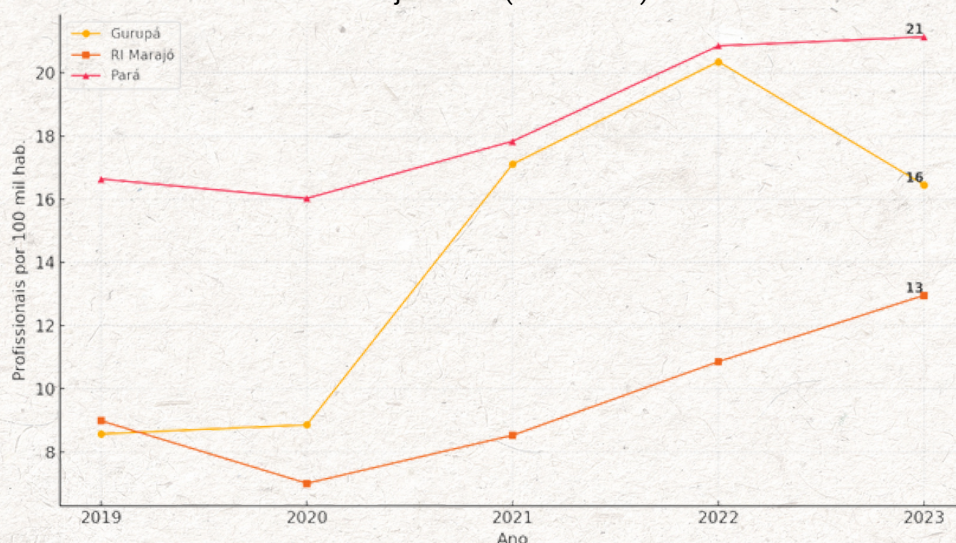


Pará iniciou em 16,6 em 2019, oscilou para 16,0 em 2020, atingindo 21 em 2023 (Gráfico 18).

O crescimento observado em Gurupá entre 2020 e 2022 foi considerável, superando momentaneamente a média estadual, mas não se sustentou em 2023. Mesmo com a queda recente, Gurupá encerra o período acima da média da sua região de integração. O crescimento pode refletir políticas locais de incentivo à educação superior, extensão tecnológica ou fixação de pesquisadores. No entanto, a oscilação final exige atenção à continuidade das ações. A valorização de carreiras científicas e investimentos em centros de pesquisa locais são essenciais para consolidar avanços (Gráfico 18).



Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Gurupá x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 16 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



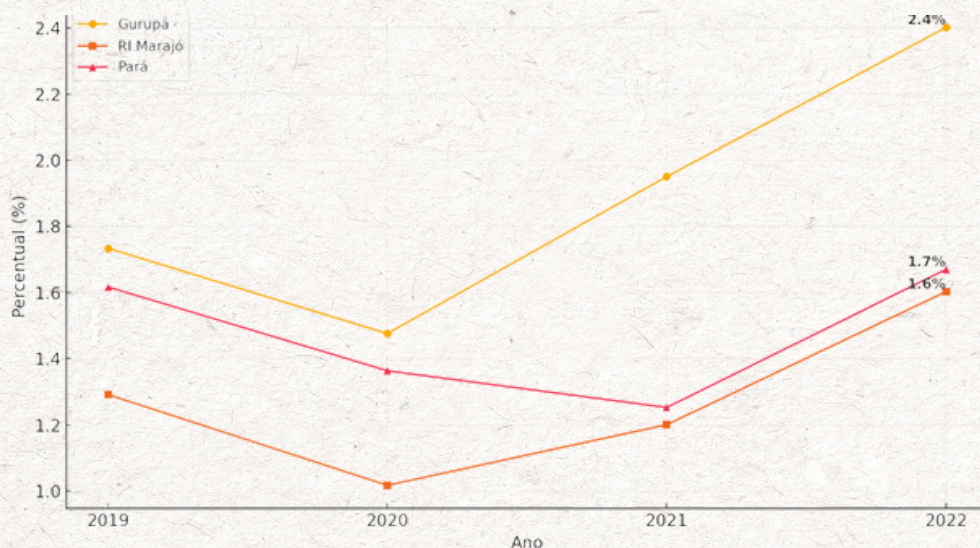
Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Em Gurupá, a massa salarial dos vínculos formais iniciou em 1,73% do PIB em 2019, recuou para 1,48% em 2020, cresceu para 1,95% em 2021 e atingiu 2,4% em 2022. A Região de Integração (RI) Marajó teve valores mais baixos: de 1,29% em 2019 caiu para 1,01% em 2020, subindo para 1,2% em 2021 e 1,6% em 2022. Já o estado do Pará registrou 1,62% em 2019, 1,35% em 2020, 1,25% em 2021 e 1,7% em 2022. Gurupá superou os dois níveis em 2022 (Gráfico 19).

A elevação gradual em Gurupá a partir de 2020 indica crescimento na formalização do

trabalho e maior participação dos salários formais na economia local. O patamar de 2,4% em 2022 evidencia dinamismo superior ao da região e do estado, que encerraram o período em 1,6% e 1,7%, respectivamente. Mesmo partindo de uma base menor, Gurupá demonstra avanço mais consistente. Esse crescimento pode estar relacionado à expansão de setores com vínculos empregatícios regulares. Para manter essa trajetória, é essencial estimular a geração de empregos formais e qualificados no município (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Gurupá x RI Marajó x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

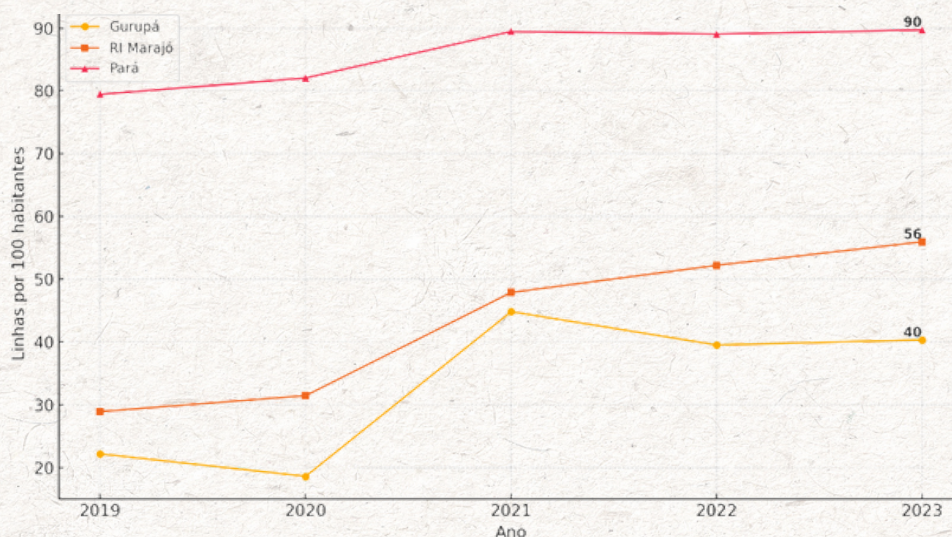
Em Gurupá, o acesso à telefonia móvel caiu de 22,6 em 2019 para 18,3 em 2020, registrando o menor valor da série. Em 2021, houve uma forte alta para 44,9 linhas por 100 habitantes, seguida de leve queda para 39,8 em 2022 e leve recuperação em 2023, com 40. A RI Marajó apresentou crescimento contínuo, passando de 29,1 em 2019 para 56 em 2023. Já o estado do Pará manteve alta cobertura, de 79,2 em 2019 para 90 em 2023 (Gráfico 20).

Embora Gurupá tenha registrado um avanço importante entre 2020 e 2021, seu acesso ainda está muito abaixo da média estadual e regional. A diferença de 50 pontos em relação ao Pará revela grandes desigualdades em infraestrutura digital. O nível de 40 linhas por 100 habitantes em 2023 indica limitação de conectividade móvel local. Isso afeta diretamente o acesso à informação, inclusão digital e serviços públicos. Investimentos em telecomunicação são fundamentais para reduzir essa disparidade (Gráfico 20).





Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Gurupá x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 40 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

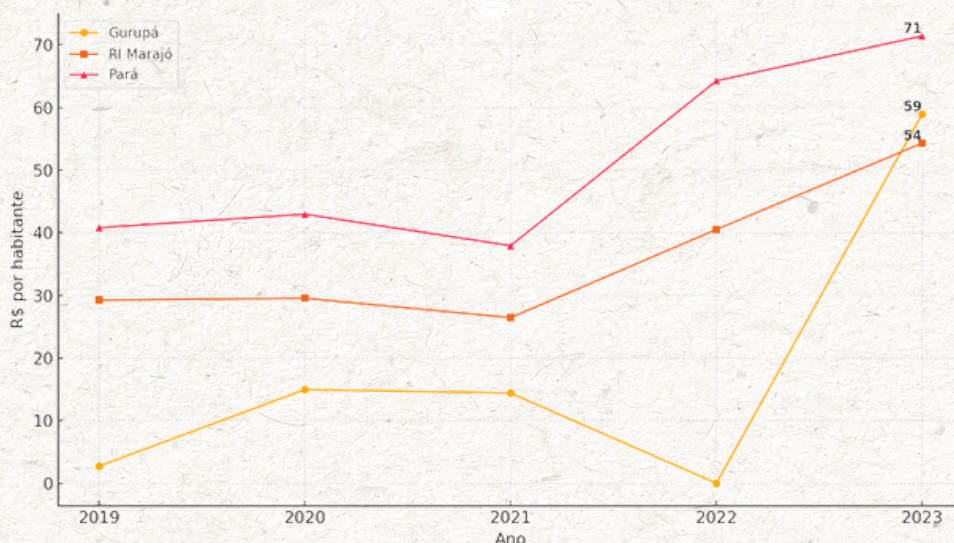
Gurupá registrou R\$ 3,1 por habitante em 2019, subiu para R\$ 15,2 em 2020, manteve R\$ 14,6 em 2021, mas despencou para apenas R\$ 0,3 em 2022. Em 2023, houve um salto expressivo para R\$ 59,2, superando os valores da RI Marajó e se aproximando da média estadual. A RI Marajó variou entre R\$ 29,3 em 2019 e R\$ 54,3 em 2023. Já o Pará saiu de R\$ 40,3 em 2019 para R\$ 71 no fim da série (Gráfico 21).

A variação em Gurupá revela falta de esta-

bilidade na alocação de recursos para cultura e meio ambiente. A queda brusca em 2022 comprometeu a continuidade de ações nessas áreas, apesar da forte recuperação no ano seguinte. A despesa elevada em 2023 é positiva, mas precisa ser mantida com planejamento e regularidade. Já o estado do Pará e a RI apresentaram padrões mais consistentes ao longo do tempo. A cultura e a gestão ambiental exigem investimentos sustentáveis para gerar impactos sociais duradouros (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Gurupá x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 59/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

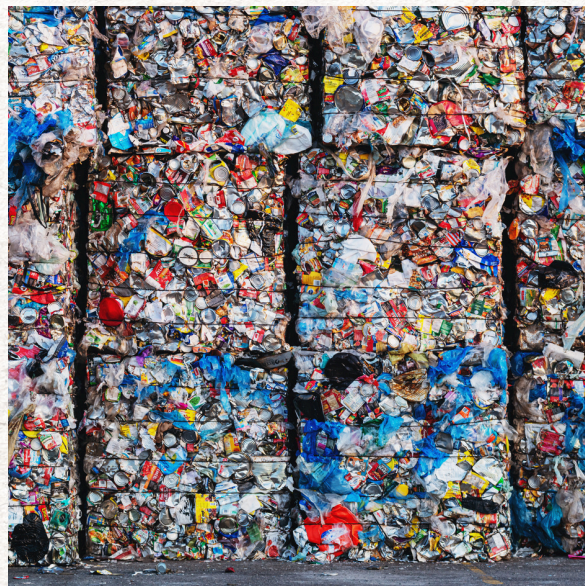
Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

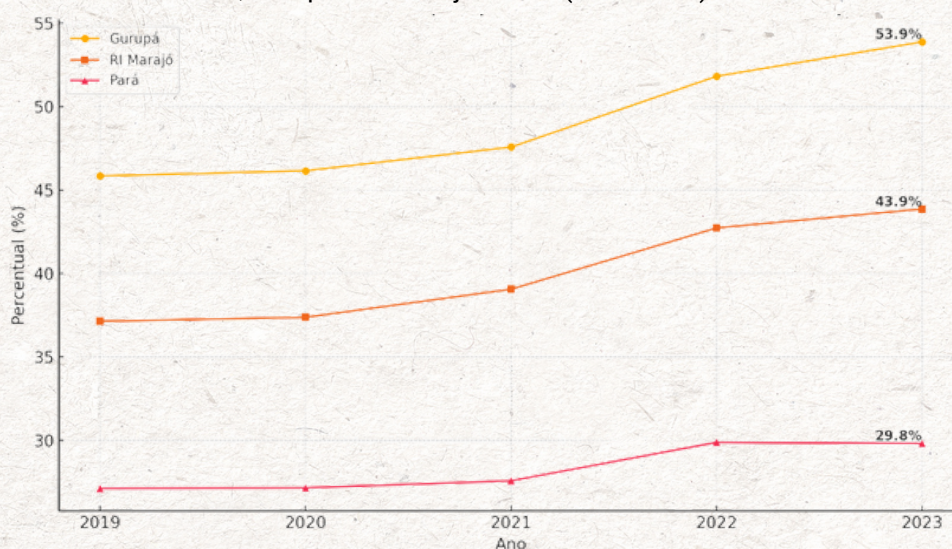


Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Em Gurupá, o percentual de pessoas de baixa renda que descartam lixo por queima ou enterramento subiu de 45,8% em 2019 para 53,9% em 2023. A RI Marajó também cresceu de 37,2% para 43,9% no mesmo intervalo. No estado do Pará, a evolução foi de 27,1% para 29,8%, revelando aumento mais contido. Em todos os anos, Gurupá registrou o maior percentual entre os três níveis territoriais analisados (Gráfico 22).

Esse padrão evidencia fragilidade crônica na cobertura da coleta de resíduos sólidos no município. O crescimento contínuo do indicador aponta ausência de alternativas adequadas para descarte de lixo. Enquanto o estado demonstra certa estabilidade, Gurupá caminha na direção oposta. Essa prática, além de ambientalmente inadequada, compromete a saúde das populações vulneráveis. Políticas públicas de saneamento devem priorizar as regiões mais críticas como Gurupá (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Gurupá x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 53,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

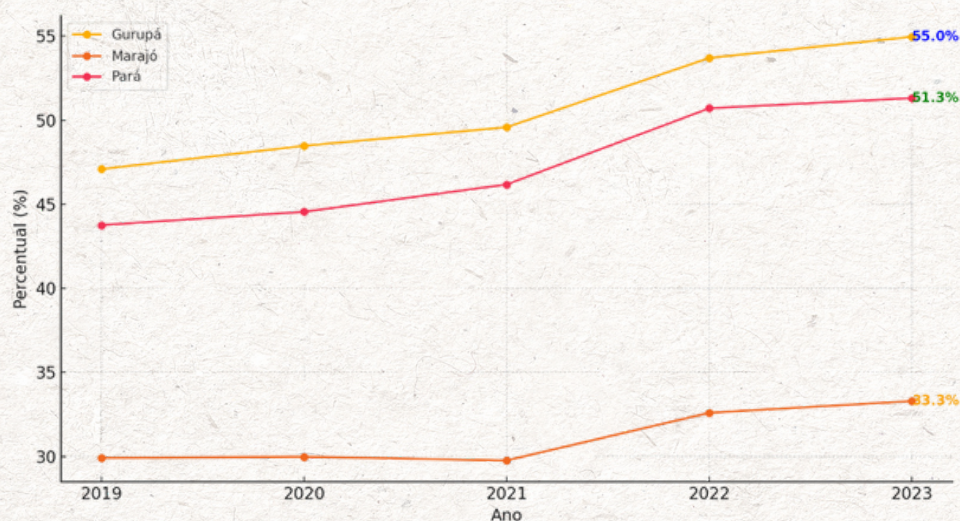
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

O percentual de população de baixa renda com fossa rudimentar em Gurupá foi de 47% em 2019, subindo para 55% em 2023. A RI Marajó permaneceu em níveis mais baixos, com pequena variação de 30% para 33,3%. Já o Pará começou com 44% e subiu para 51,3% ao final do período. Embora o estado também apresente alta proporção, Gurupá se manteve como o município mais crítico (Gráfico 23).

A persistência desse cenário indica deficiê-

ncias na infraestrutura sanitária local. O uso de fossas rudimentares é um sinal claro de exclusão do acesso a soluções adequadas de esgotamento. A elevação constante do indicador em Gurupá reforça a ausência de investimentos estruturantes. A diferença em relação à média regional aponta para prioridade de ação. Universalizar o saneamento deve ser meta urgente para a promoção da saúde e dignidade humana (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Gurupá x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 55,0%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

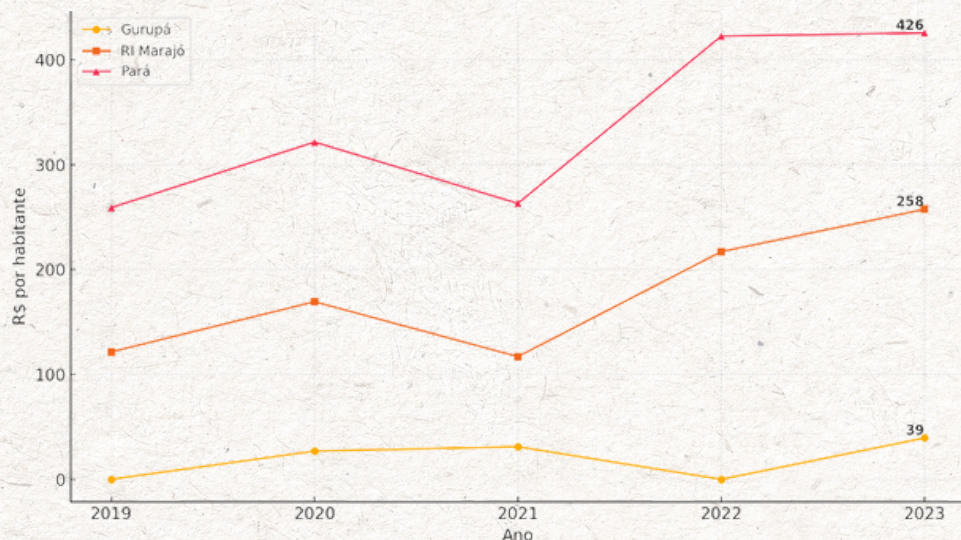
Gastos per capita com prevenção de desastres

Em Gurupá, os gastos per capita com prevenção de desastres iniciaram em R\$ 0,00 em 2019, subiram para R\$ 26,5 em 2020, atingiram R\$ 30,9 em 2021, voltaram a R\$ 0 em 2022 e cresceram para R\$ 39 em 2023. A RI Marajó apresentou valores maiores e mais consistentes: R\$ 122,5 (2019), R\$ 170,6 (2020), R\$ 117,3 (2021), R\$ 219,5 (2022) e R\$ 258 em 2023. O estado do Pará registrou crescimento ainda mais expressivo, com R\$ 260,5 em 2019 e R\$ 426 em 2023, após pico de R\$ 322,6 em 2020 e queda em 2021 (Gráfico 24).



Observa-se que Gurupá apresentou investimentos muito baixos e instáveis na prevenção de desastres, com duas ocorrências de valor zero (2019 e 2022). A média municipal ficou sistematicamente abaixo dos demais níveis analisados. A RI e o estado, por outro lado, demonstraram esforço contínuo e crescente na destinação de recursos. Isso pode indicar falta de estrutura institucional ou prioridade orçamentária em Gurupá para ações de mitigação de riscos. A elevação em 2023 é um sinal positivo, mas exige continuidade. O município precisa fortalecer sua capacidade preventiva frente a eventos climáticos extremos (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Gurupá x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 39/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: CADUNICO.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.



Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

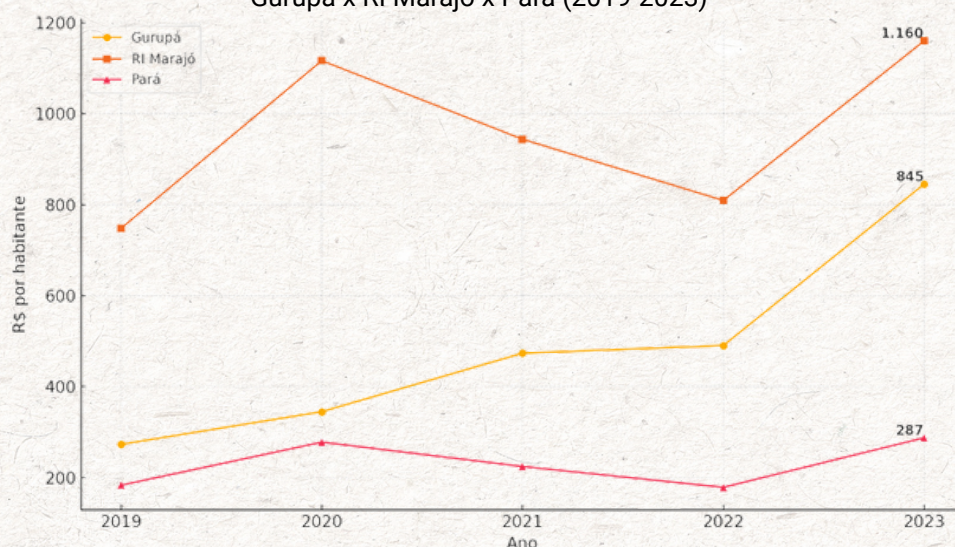
Em Gurupá, os gastos per capita com preservação aquática cresceram de R\$ 271,5 em 2019 para R\$ 845 em 2023, com destaque para o crescimento mais acentuado após 2020: R\$ 347,8 (2020), R\$ 477,3 (2021), R\$ 495,3 (2022). A RI Marajó variou entre R\$ 749,1 (2019) e R\$ 1.160 (2023), com picos em 2020 (R\$ 1.118) e queda gradual até nova elevação em 2023. Já o estado do Pará teve comportamento mais modesto: R\$ 181,6 (2019), R\$ 278,5 (2020), R\$ 238,3 (2021), R\$ 178,4 (2022) e R\$ 287 em 2023 (Gráfico 25).

Gurupá apresenta um avanço notável nesse indicador, superando a média estadual a par-

tir de 2020 e reduzindo sua distância em relação à RI. Esse crescimento pode refletir projetos locais de proteção de rios, lagos ou áreas ribeirinhas, compatíveis com a geografia do município. Mesmo sem superar a RI Marajó, o patamar atingido por Gurupá em 2023 representa esforço importante. Diferente dos dados sobre prevenção de desastres, aqui há consistência e tendência positiva. A manutenção desses investimentos é estratégica para garantir sustentabilidade hídrica e preservação ambiental. Políticas específicas de conservação aquática parecem mais efetivas no município (Gráfico 25).



Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática,
Gurupá x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 845/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

Percentual da Área de Floresta em relação à área total

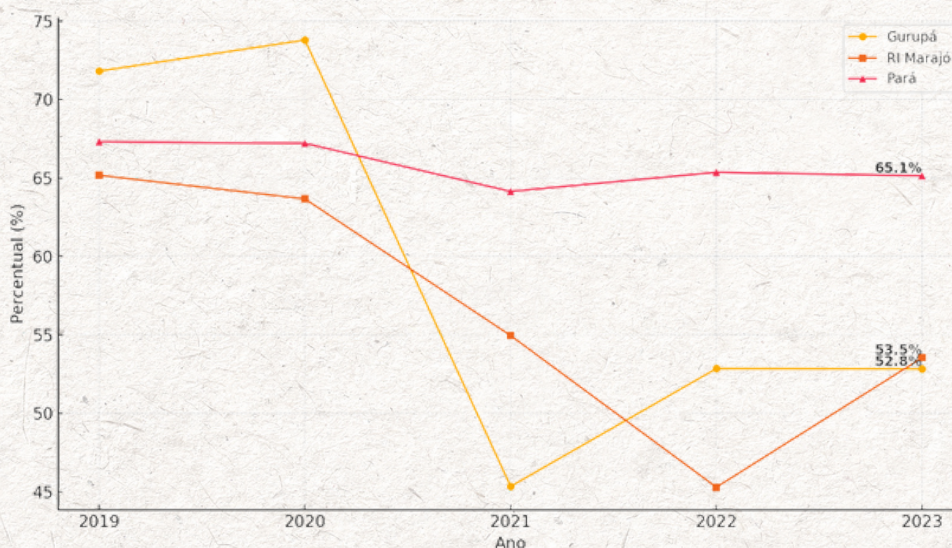
Gurupá iniciou 2019 com 72,2% de cobertura florestal, subindo para 73,9% em 2020, mas sofreu queda brusca para 45,1% em 2021, recuperando-se parcialmente para 52,8% em 2022 e 52,8% em 2023. A RI Marajó caiu de 65,1% (2019) para 45% (2022), encerrando com 53,5% em 2023. O estado do Pará manteve estabilidade, entre 67,1% em 2019 e 65,1% em 2023, com leve oscilação (Gráfico 26).

Gurupá apresenta a maior variação da série, com queda de quase 30 pontos percentuais entre 2020 e 2021. Esse

recoo pode estar associado a pressões fundiárias ou expansão econômica sem controle ambiental. Apesar da recuperação parcial, a perda relativa de floresta no município foi mais intensa do que na média regional e estadual. A RI Marajó acompanha tendência semelhante, enquanto o Pará mantém estabilidade. O desafio em Gurupá é estancar essa perda e reverter o cenário com ações efetivas de conservação. A importância ecológica da região torna urgente a intensificação da proteção florestal (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Gurupá x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 52,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada

Percentual da Área Desmatada em relação à área total

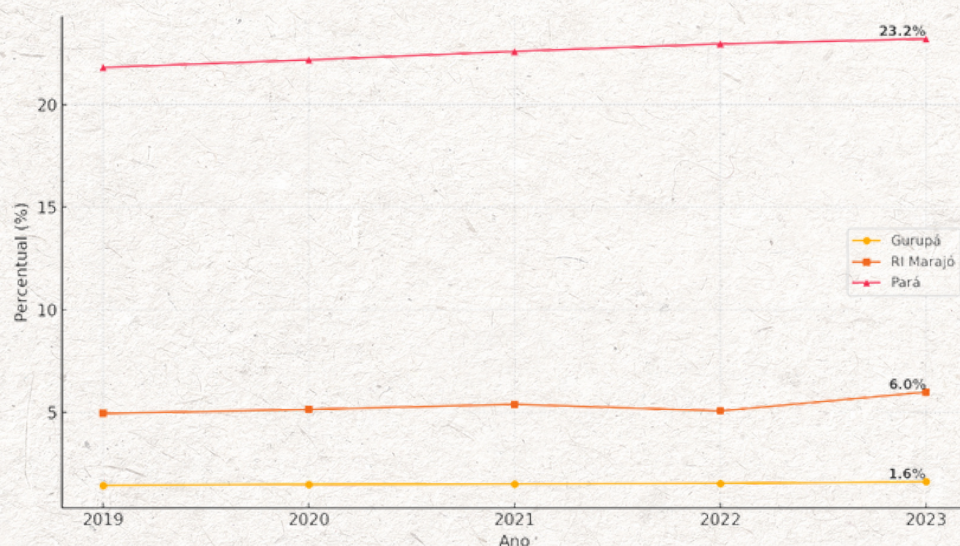
Em Gurupá, o percentual de área desmatada manteve-se estável: 1,5% em 2019, permanecendo nesse patamar até 2022, e subindo levemente para 1,6% em 2023. A RI Marajó apresentou uma tendência crescente: de 5% em 2019 para 6% em 2023. Já o estado do Pará teve os maiores percentuais: 21,7% em 2019, subindo progressivamente até 23,2% em 2023 (Gráfico 27).

Apesar da grande perda de área florestal observada, Gurupá ainda apresenta a menor proporção de área desmatada

entre os níveis analisados. Isso sugere que a queda de cobertura florestal pode envolver também outras formas de alteração da paisagem, não apenas desmatamento consolidado. A RI Marajó tem maior impacto relativo, enquanto o Pará apresenta taxa muito elevada e crescente. A estabilidade em Gurupá pode ser positiva, mas exige cautela na interpretação. É essencial combinar esse indicador com monitoramento de uso do solo para entender a real dinâmica territorial (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Gurupá x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

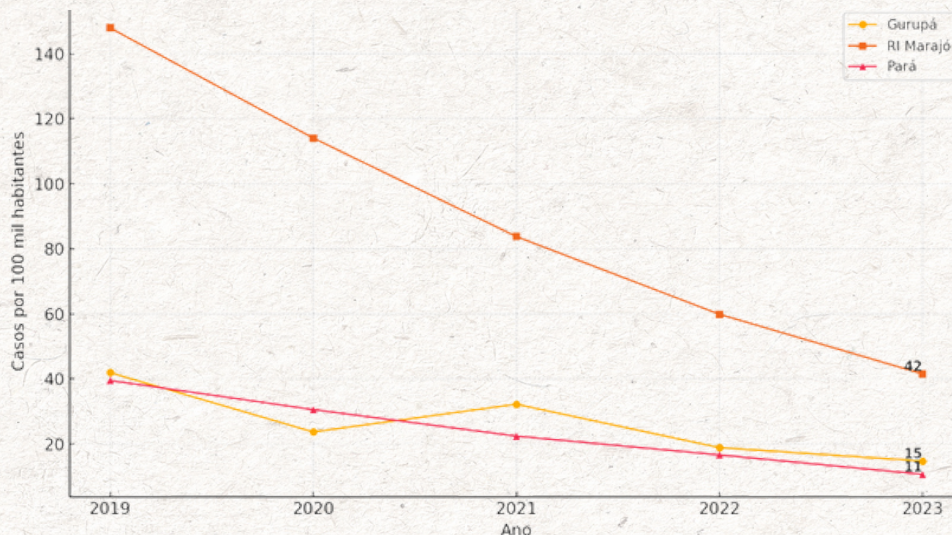
Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Em Gurupá, o indicador de trabalho infantil partiu de 41 casos por 100 mil habitantes em 2019, caiu para 24 em 2020, subiu para 32 em 2021, e depois recuou para 18 em 2022 e 15 em 2023. A RI Marajó iniciou com o maior valor entre os territórios, 149 casos em 2019, e apresentou redução contínua até chegar a 42 em 2023. No estado do Pará, o número foi decrescente e mais estável, passando de 40 para 11 casos por 100 mil habitantes no mesmo período (Gráfico 28).

Embora Gurupá tenha oscilado entre 2020 e 2021, a tendência geral foi de redução significativa no trabalho infantil. Ainda assim, seus números permanecem acima da média estadual e, em alguns anos, superiores à média regional. O bom desempenho do estado do Pará e da RI Marajó em 2023 destaca a necessidade de Gurupá fortalecer políticas públicas nessa área. A queda em 2023 para 15 casos é promissora, mas exige continuidade dos esforços. Programas de proteção social e acesso à educação são fundamentais para consolidar esse avanço (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Gurupá x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 15 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

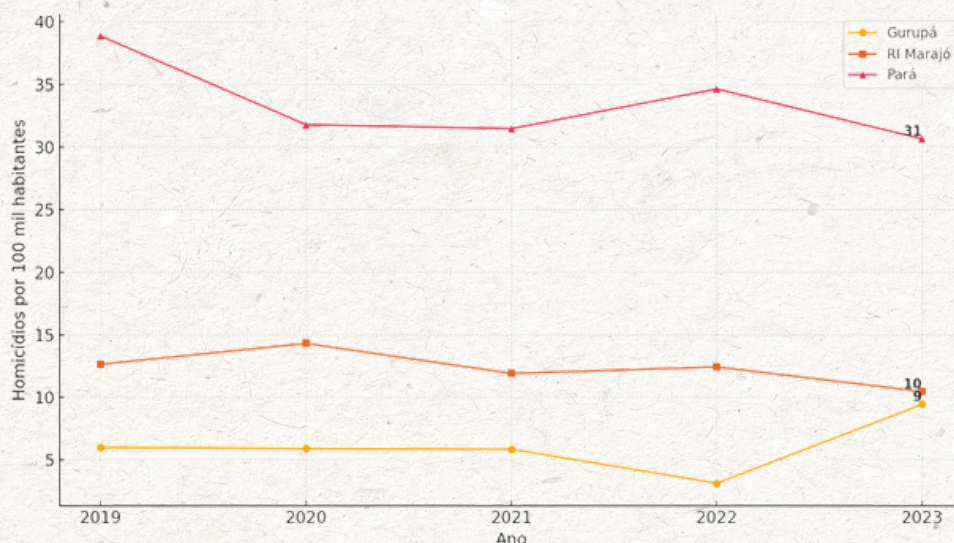
Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

A taxa de homicídios em Gurupá manteve-se estável entre 2019 e 2021 com 6 homicídios por 100 mil habitantes, caiu para 3 em 2022 e voltou a subir para 9 em 2023. A RI Marajó teve oscilação moderada, indo de 12,7 em 2019 a 10,3 em 2023, com pico de 14,4 em 2020. O Pará, por sua vez, iniciou com uma taxa alta de 38,9 em 2019 e reduziu para 31 em 2023, embora ainda acima dos demais (Gráfico 29).

Gurupá se manteve com os menores índices de homicídio durante a maior parte da série,

mas o aumento em 2023 exige atenção. Apesar da boa posição relativa frente ao estado e à região, a instabilidade nos dados indica vulnerabilidade à violência. A tendência de queda no estado é positiva, mas o patamar ainda elevado reforça a necessidade de políticas de segurança. A RI Marajó apresentou relativa estabilidade, o que contrasta com a oscilação de Gurupá. Investimentos em prevenção e fortalecimento comunitário são essenciais para evitar a retomada da violência (Gráfico 29).

Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Gurupá x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 9 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



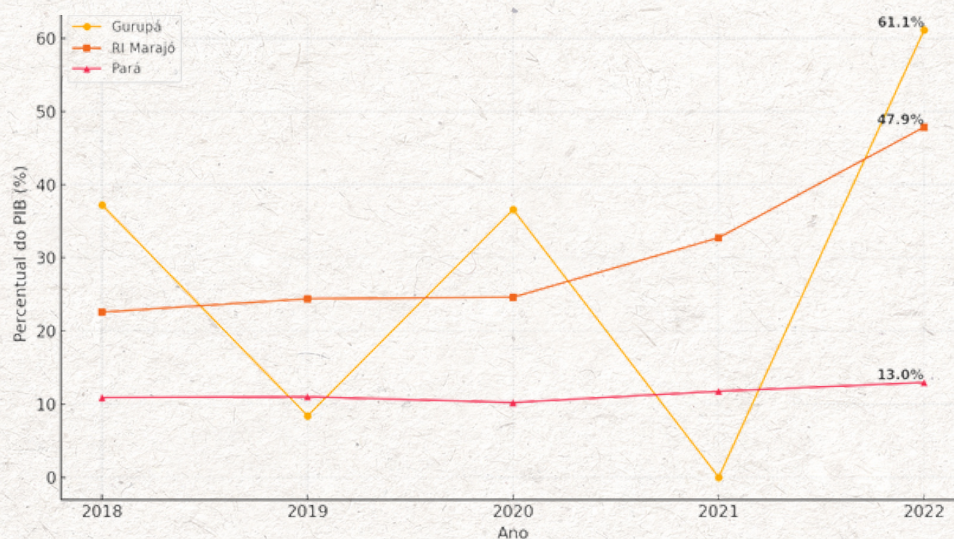
Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Em Gurupá, o gasto público municipal como proporção do PIB apresentou forte oscilação no período. Em 2018, foi de 37,4%, despencando para 8,8% em 2019. Em 2020, houve recuperação para 36,1%, seguida por nova queda brusca para apenas 0,3% em 2021, o menor valor da série. Em 2022, o índice disparou para 61,1%, ultrapassando os demais territórios. A RI Marajó teve trajetória mais estável: 22,8% em 2018, crescendo de forma contínua até atingir 47,9% em 2022. Já o estado do Pará manteve níveis muito inferiores, variando entre 10% e 13% (Gráfico 30).

A volatilidade extrema nos dados de Gurupá pode indicar inconsistências na execução or-

çamentária ou variações abruptas na arrecadação e no PIB local. A queda para 0,3% em 2021 é atípica e pode refletir problemas de gestão ou subnotificação contábil. Por outro lado, o salto para 61,1% em 2022, embora positivo em termos de investimento público, levanta dúvidas sobre sua sustentabilidade. Comparado à RI e ao estado, Gurupá demonstra falta de estabilidade fiscal. A RI Marajó, com crescimento gradual e sustentado, revela maior equilíbrio na gestão de gastos em relação ao PIB. O estado do Pará, mesmo com participação menor, mostrou leve e contínua evolução no período (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Gurupá x RI Marajó x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 61,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta foi alcançada.

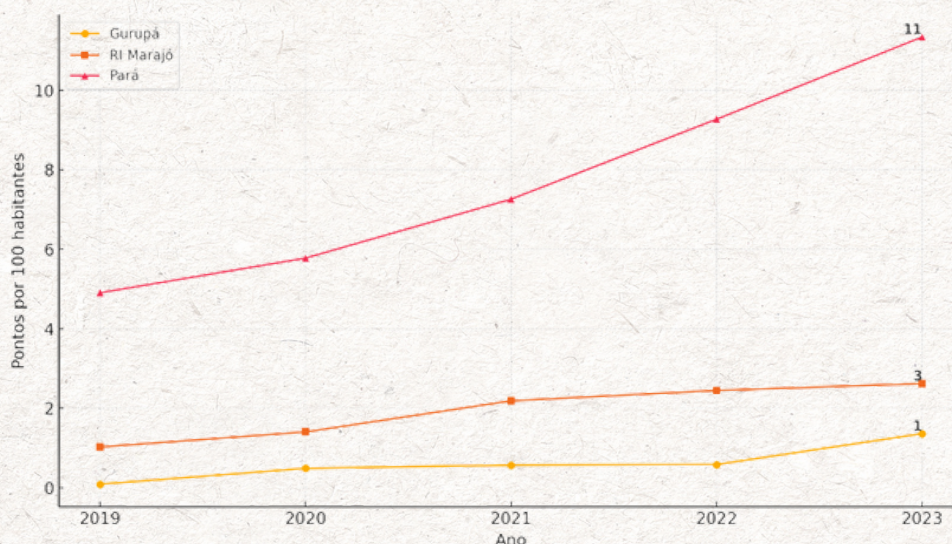
Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

A taxa de acesso à banda larga fixa em Gurupá começou com 0 pontos por 100 habitantes em 2019, subindo discretamente para 0,5 em 2020 e mantendo esse valor em 2021 e 2022. Em 2023, houve avanço mais expressivo, atingindo 1,3 pontos. A Região de Integração Marajó teve crescimento contínuo: de 1,1 em 2019 para 2,8 em 2023. Já o estado do Pará apresentou evolução acentuada, passando de 4,9 em 2019 para 11 pontos por 100 habitantes em 2023 (Gráfico 31).

Gurupá demonstra um quadro de exclusão digital ao longo da série, com acesso quase nulo nos primeiros quatro anos. Apesar da eleva-

ção em 2023, o nível de conectividade fixa ainda é extremamente baixos frente à média estadual. A RI Marajó, mesmo com ritmo mais lento que o Pará, apresenta situação mais favorável, dobrando sua taxa entre 2019 e 2023. A disparidade evidencia as desigualdades territoriais no acesso à infraestrutura de internet. Enquanto o Pará avança de forma expressiva, Gurupá caminha lentamente e requer atenção específica em políticas de inclusão digital. Sem banda larga fixa, a população local segue limitada no acesso a educação, serviços públicos e economia digital (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Gurupá x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

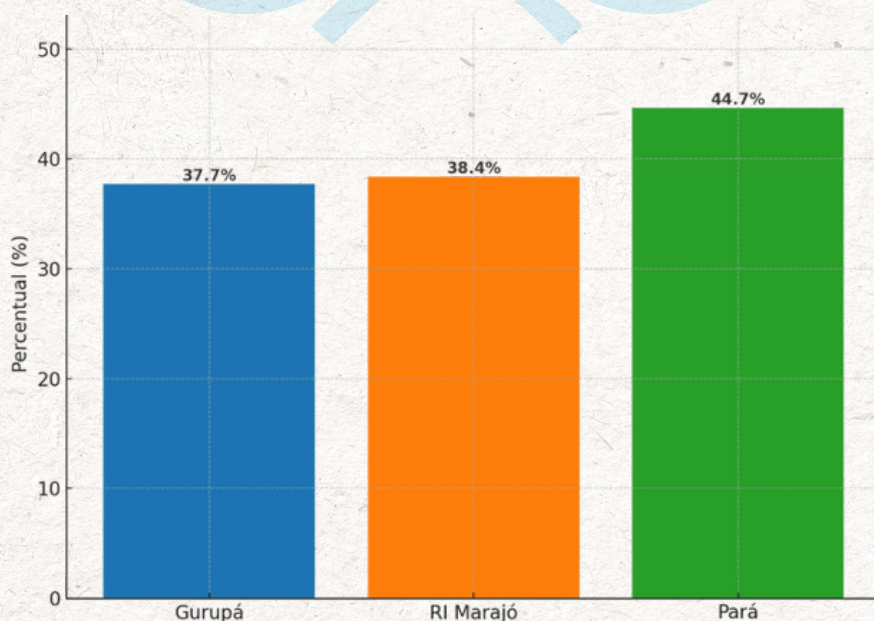
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 — e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA — foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Gurupá** registrou um IDS de **37,7%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Gurupá x RI Marajó x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



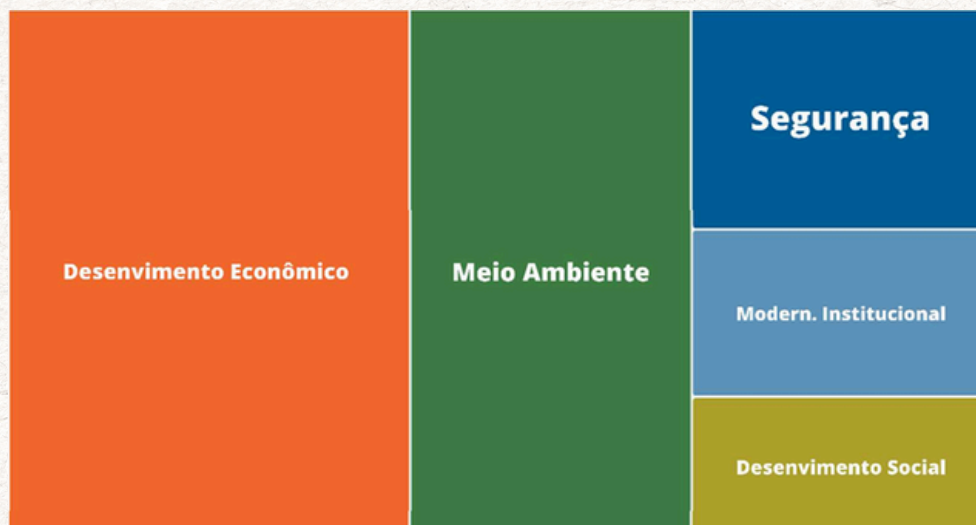
Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.

Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



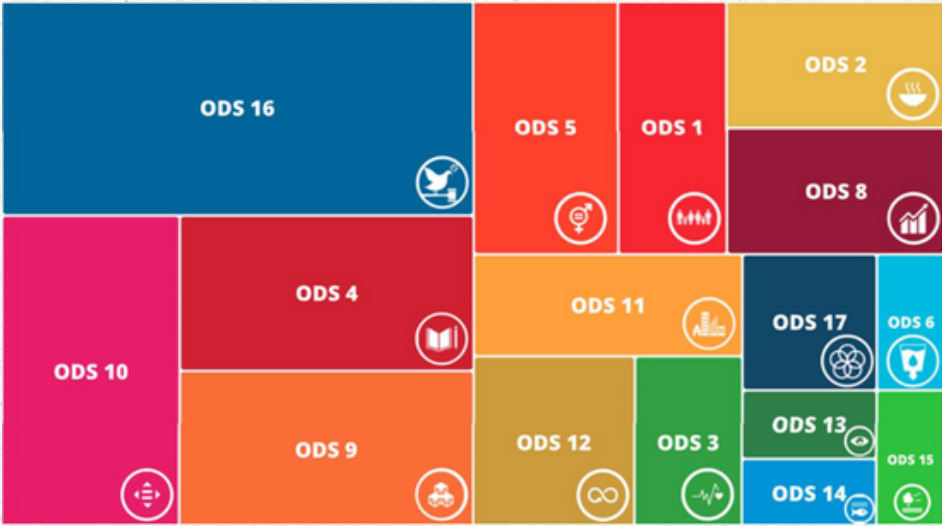
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

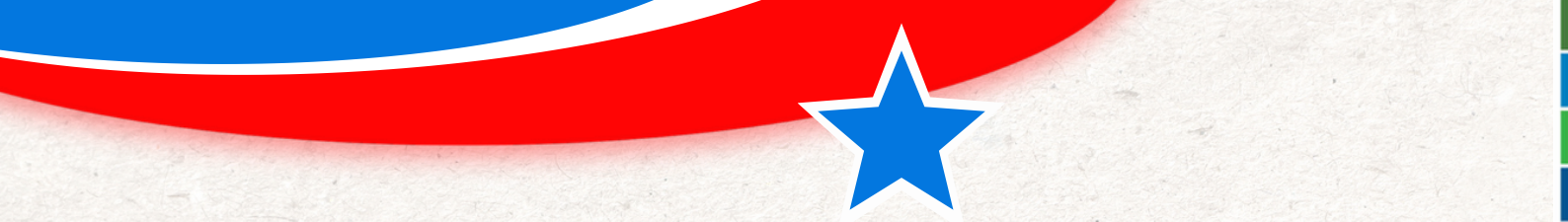
Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.


Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23.2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





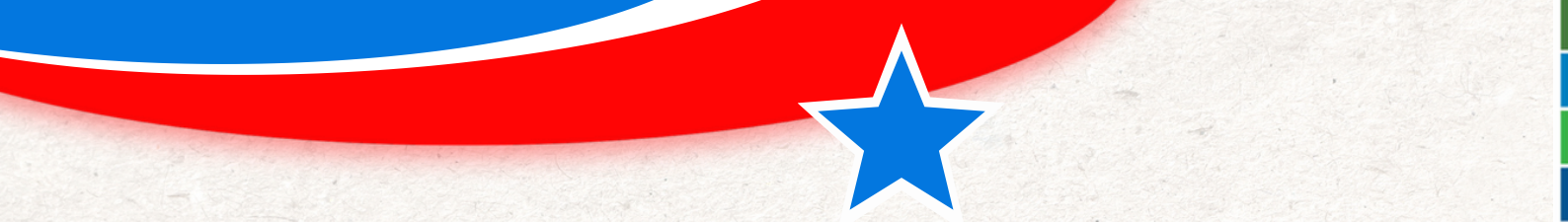
Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

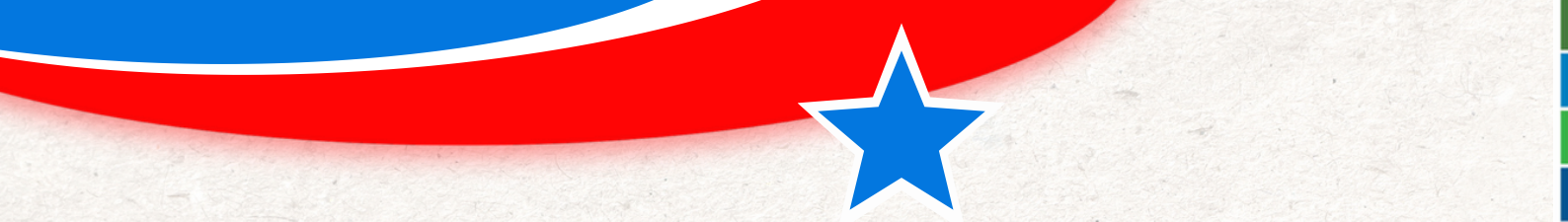
mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetadas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

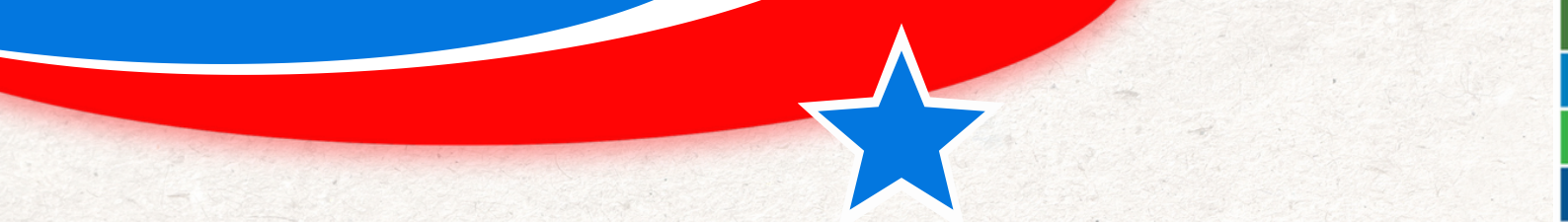
is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Gurupá na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Gurupá e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

